

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E POPULAÇÕES LOCAIS: EXPERIÊNCIAS EM CABO VERDE E NO BRASIL

DEVELOPMENT PROJECTS AND LOCAL POPULATIONS: EXPERIENCES IN CAPE VERDE AND BRAZIL

José Carlos Gomes dos Anjos*
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior**
Cíndia Brustolin***

Introdução

Em várias conjunturas, do século XV às primeiras décadas do século XX, a ilha de Santiago, localizada no arquipélago africano de Cabo Verde, foi um centro de circulação de pessoas, plantas e animais em redistribuição pelos dois lados do atlântico. O oceano Atlântico tornou-se o caminho, e Cabo Verde o entreposto, que permitiu aproximações entre metrópole portuguesa e suas

colônias ultramarinas, fazendo com que pessoas violentamente escravizadas no continente africano, plantas e animais fossem transportadas para além mar. Os escravizados se constituíam em mão de obra utilizada para garantir a integração das novas possessões portuguesas às dinâmicas econômicas que compunham os processos de geração do mundo moderno. Relações de trabalho não capitalistas foram instituídas como instrumentos fundamentais para construção das

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Porto Alegre/RS/Brasil) vinculado ao Departamento de Sociologia e aos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Desenvolvimento Rural. Coordenador do Curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde – Uni-CV (Praia/ Cabo Verde). E-mail: jcdosanjos@yahoo.com.br

** Professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (São Luís/MA/Brasil), vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e aos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA). Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). E-mail: horacioantunes@uol.com.br

*** Professora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (São Luís/MA/Brasil), vinculada ao Departamento de Sociologia e Antropologia. Coordenadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). E-mail: cindiabrustolin@gmail.com

bases do capitalismo e, conseqüentemente, como componentes da modernidade. A apropriação dos territórios que passaram a ser chamados de americanos pelas emergentes metrópoles europeias, além de ter provocado o deslocamento de milhares de pessoas e grupos oriundos das várias etnias africanas, confrontou os povos que milenarmente ocupavam as terras que estavam sendo conquistadas. Não são poucos os relatos de massacres, negociações, convivências e resistências que, ao longo prazo, levaram a dizimação de vários povos que viviam no continente americano.

Processos históricos interligados e relacionados com a expansão colonial portuguesa foram centrais na constituição de realidades contemporâneas que são tomadas como foco das análises dos artigos que compõem o presente dossiê: de um lado, o Maranhão, estado localizado na Região Nordeste e, em parte, na Amazônia Legal¹ do Brasil, compondo a chamada Amazônia oriental, e de outro as Ilhas de Santiago, Fogo e São Vicente, em Cabo Verde, país insular localizado em arquipélago do oceano Atlântico, próximo à costa africana.

Nas realidades estudadas, os livros de história apresentam datas distintas para marcar o que seriam, pelo menos oficialmente, processos de rompimento como as amarras coloniais. No Brasil, a denominada proclamação da independência ocorreu ainda na primeira metade do século XIX, no dia 22 de setembro de 1822, mas cuja adesão do Maranhão ocorreu somente em

28 de julho de 1823. Em Cabo Verde, a proclamação da independência ocorreu na segunda metade do século XX, no dia 05 de julho de 1975.

As disparidades de datas para a oficialização de quebras de amarras coloniais podem ser tomadas como fatores de distinção dos dois países, porém não significaram, nem para um nem para o outro, a ruptura definitiva de práticas de caráter colonial. Decisões sobre instalação de projetos de desenvolvimento de empreendimentos de infraestrutura, industriais ou pesqueiros, são tomadas com nenhuma ou parca audição e participação dos grupos sociais diretamente implicados.

Um exemplo disso, é que no Brasil, a proclamação da independência foi feita a partir de ação de um membro da coroa portuguesa e, além disso, não foi acompanhada pela abolição legal do sistema de escravidão, que acabou se constituindo em traço marcante na formação da nação brasileira. Em 1850, ainda em período do Império, com o país governado por um rei descendente da realeza de Portugal, foi promulgada uma Lei de Terras que excluía a possibilidade de acesso à posse de territórios pela maior parte dos membros de grupos sociais empobrecidos e, especialmente, dos escravos e seus descendentes, gerando conseqüências que foram além do próprio processo de abolição da escravatura, ocorrida apenas em 1888. Desde então, elites locais se revezam nas várias instâncias de poder institucional e, independentemente das complexidades que compõem a rica histó-

1. "A Amazônia Legal foi criada inicialmente como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953. Atualmente, ela corresponde à área dos Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44° 0". Em sua configuração atual, equivale a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)" (IBGE, 2016).

ria do país em seus vários momentos, grande parte da população vê as fenomenais riquezas produzidas escaparem por portos e aeroportos a partir de decisões tomadas em espaços distantes e, via de regra, sem a participação efetiva dos que sofrem imediatamente as consequências dos processos de produção dessas riquezas. Há quase dois séculos da proclamação da independência, práticas coloniais, externas e internas, se reproduzem sob as mais diferentes máscaras de autonomia e autogestão.

Em Cabo Verde, a independência nacional, que significou a ascensão de uma elite nativa ao poder de Estado, parecia anunciar um elevado grau de controle interno dos nexos com as metrópoles ocidentais. Se o projeto de nação (dos documentos oficiais das décadas de 1960-1970, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC) edificado nas tramas das lutas de libertação nacional prometia justiça social e autonomia em relação aos interesses imperialistas, as realizações pós-coloniais ao longo das décadas de 1980 e, até no presente, redundaram em novas modalidades de relações de subordinação e alinhamento aos ordenamentos imperiais do Ocidente, em paralelo à consolidação de uma elite local político-empresarial. As elites que assumiram o controle do Estado vestiram a ideologia do desenvolvimento com tanto vigor como a da ameaça de morte por inanição, que sempre pairou sobre esse povo saheliano² como um povo relegado ao “deixar morrer”

pelo colonialismo português desde o século XVII. Se imaginar como parte de um povo em Cabo Verde é de algum modo se oferecer em gratidão às autoridades locais, oferecer o próprio destino aos dirigentes que “garantem” a segurança nacional (nomeadamente alimentar) como quem permite a salvação. Esse modo particular de encenar a nação como inserção salvacionista na economia mundial acelerou a consolidação de uma elite fortemente ocidentalizada que substituiu com requintes a presença anterior do corpo administrativo colonial branco.

O presente dossiê é um dos resultados da pesquisa *Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil* que reuniu pesquisadores do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GED-MMA), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pesquisadores da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), numa agenda comum de trabalhos no período de maio de 2014 a maio de 2016³.

Os trabalhos desenvolvidos durante os dois anos tiveram como principais objetivos: discutir projetos de desenvolvimento e de modernização econômica em vias de execução no contexto dessas localidades específicas e suas tensões com populações locais; e evidenciar, em uma perspectiva comparada, lógicas sociais e processos de dominação que perpassam a instalação de grandes projetos nos contextos da Amazônia oriental e do arquipélago africano.

2. O Sahel constitui-se em uma faixa de transição entre o deserto do Saara e a Savana africana, caracterizando-se por baixas precipitações e prolongadas secas. O arquipélago de Cabo Verde sofre influência dessa faixa e tem o abastecimento hídrico como um de seus principais problemas estruturais, fazendo com que a agricultura e no abastecimento de alimentos para sua população tenha uma dinâmica específica.

3. A pesquisa contou com o fundamental apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), através do Edital FAPEMA Nº 44/2013 – Apoio a Cooperações Internacionais (APCIInter), a quem somos muito gratos.

1. O assim chamado desenvolvimento

Nos distintos contextos sociais da pesquisa que deu origem ao presente dossiê, empreendimentos vêm, nas últimas décadas, sendo implantados numa perspectiva desenvolvimentista que mescla esperanças de modernização e subjugação de povos e grupos sociais locais, revelando estratégias específicas de expansão do capital internacional. Em comum, recursos naturais têm sido extraídos dos solos e mares dessas localidades na expectativa de geração de emprego, progresso, modernidade tecnológica e apoios financeiros e estruturais às “nações emergentes”, através de ações orquestradas em acordos internacionais, ou da instalação autorizada de capital internacional, com a participação de instâncias estatais que aderem a negociações com contrapartidas quase sempre desvantajosas para as localidades que as recebem. Pela possibilidade desigual de barganha, pelo posicionamento das elites nacionais comprometidas com o mercado internacional, pela pouca possibilidade de fiscalização dos empreendimentos e processos extrativos instalados, os Estados, ao assumirem essas dinâmicas como investimentos nacionais, colocam em jogo a reprodução social e cultural de pescadores, agricultores, extrativistas⁴ que atuam nas áreas requeridas, ameaçando modos de vida de etnias e de comunidades tradicionais. Como sugere Escobar (2014),

a modernidade desses empreendimentos e as ações executadas obscurecem as alternativas à modernidade ou a complexidade das formas de reprodução material da vida social presentes nessas áreas.

A estrutura logística de escoamento do ferro retirado nas minas de Carajás, no estado do Pará, pela empresa Vale S.A.⁵, por exemplo, corta quatro municípios no Pará e vinte e três municípios no Maranhão através da Estrada de Ferro Carajás e desemboca no Porto da Ponta da Madeira, na capital maranhense, São Luís. Tanto a ferrovia como o porto estão em processo de duplicação, com a previsão de deslocamentos de famílias que estão em suas proximidades e de comprometimento de acesso a ambientes ancestralmente acionados pelas mesmas, como por exemplo, pelo assoreamento de igarapés ou pela proibição de acesso a praias, em ambos os casos, prejudicando atividades pesqueiras.

Em Cabo Verde, acordos internacionais de pesca cedem parte do mar para a pesca industrial estrangeira com a previsão de contrapartidas ao estado cabo-verdiano, redefinindo dinâmicas sociais de comunidades piscatórias que denunciam principalmente a escassez do peixe e os perigos de ter que adentrar cada vez mais no mar. Entre sonhos gestados, possibilidades de progresso apresentadas e tensões provocadas por ingerências drásticas sobre a vida das pessoas, vislumbram-se uma pulverização de conflitos, violências e processos de resistência.

4. Referimo-nos aqui a grupos sociais e povos portadores de práticas de extração vegetal ou pesqueira, realizada de forma tradicional, em escala reduzida e com baixo impacto ambiental. Portanto, não devem ser confundidos com os agentes de práticas extrativistas de grande escala, como aquelas vinculadas à mineração de grande porte e ao agronegócio.

5. No Sudeste do estado do Pará estão localizadas gigantescas minas de minério de ferro, de excelente qualidade, que são exploradas pela Vale S.A. A Vale é uma multinacional de origem brasileira, sendo atualmente uma das maiores mineradoras do mundo. Foi criada em 1942 como empresa estatal e privatizada pelo governo brasileiro em 1999. Até o ano de 2007, era denominada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

A instalação de projetos, programas e a expedição de medidas que buscam a modernização de estruturas produtivas, econômicas e administrativas existentes em países latino-americanos e africanos ocorrem amparadas em discursos acerca da necessidade do desenvolvimento de nações tidas como atrasadas, no período pós grandes guerras pelas principais agências multilaterais (ESCOBAR, 1996). Assim, as diretrizes decorrentes passam a apontar para a necessidade de busca de padrões de vida considerados superiores dos pontos de vista econômico, social e cultural, impondo a dois terços da população mundial a necessidade de se transformarem naquilo que não são (ESTEVA, 2000).

Os discursos em torno do desenvolvimento constituem, então, uma nova fonte de legitimação para a instalação de obras de infraestrutura, de monocultivos e de projetos industriais, além de numa série de instrumentos, como acordos internacionais, alterações nas legislações dos países, reordenação de espaços territoriais e marítimos, reorganização da exploração da natureza, programas de capacitação de agricultores e trabalhadores urbanos, revelando materialidades da política em curso. Conforme Esteva (2000), desenvolvimento é uma expressão que ganha força no final da década de 1940 e se estende pelas décadas posteriores. Está relacionada à afirmação da necessidade do avanço de países que passaram a ser classificados como pobres em direção a uma meta desejável por meio de ações, programas e políticas de auxílios e investimentos externos. As propostas desenvolvimentistas que se seguiram assumiram um discurso salvacionista que definiu e nomeou os “países emergentes” como um espaço propício a receber ajuda para a saída da situação de “subdesenvolvimento” (GRONEMEYER, 2000).

Num primeiro momento, a análise crítica do desenvolvimento concentrou-se na sua incompletude ou na necessidade de readequação de seu viés economicista para abarcar demandas ambientais e sociais. Amparadas em grande parte pelo fortalecimento das agendas ambientais, as denúncias sobre a demasiada extração dos recursos naturais, da exploração da mão-de-obra, do escoamento das riquezas dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos tencionaram os programas. Frente às tensões, à noção de desenvolvimento agregaram-se adjetivos que suavizaram as estratégias neocolonialistas presentes nos projetos propostos, que passaram a ser apresentados como sendo alternativas social e ambientalmente promissoras (ESTEVA, 2000). Os questionamentos cederam espaço, então, às readequações do termo que foi adjetivado como sustentável, socialmente correto, endógeno, local, regional, etnodesenvolvimento etc., prolongando sua eficácia social.

Somente a partir da década de 1980, emergiu um processo mais forte de desconstrução dessa noção. Como situa Radomsky (2011), a implosão da narrativa em torno do desenvolvimento e a constituição de sua crítica estão relacionadas principalmente às contribuições das análises de Ferguson (1990) e Escobar (1996). A implosão provoca um deslocamento da crítica que passa da contestação de aspectos e descrição das falhas dos processos de desenvolvimento ou da necessidade de torná-lo mais social e ambientalmente aceitável para mostrar o que o desenvolvimento efetivamente produz. As dimensões da violência na execução de programas, por exemplo, apareceram nas discussões feitas por Escobar (2005), não como efeitos do descaso na implementação de medidas ou do acesso desigual a políticas

e dos efeitos prometidos e não cumpridos dos programas. Mas sim, como resultado do dispositivo ao movimentar, planejar e quantificar a vida das pessoas.

Os diferentes trabalhos reunidos no presente dossiê, então, compõem quadros de um mesmo acontecimento, mas não se unificam num único e grande sentido de uma narrativa sobre a colonialidade. Temas transversais fornecem pontos de contatos entre os artigos, mas não pretendemos nesta introdução unificar as abordagens sob um suposto paradigma comum. O pano de fundo dessas dispersões de tratamentos analíticos e recortes de objetos pode ser visualizado no modo como a racialização dos corpos não-brancos tem sido a condição de apropriação desigual das existências. A fragilização das relações dos povos não-brancos com seus territórios é o traço mais geral da mecânica da instrumentalização das existências e da pretensão de subordinação de todos os modos de produção de vidas ao capitalismo. Inadequados ao desenvolvimento, modos de produção de vidas que podiam ser suprimidos ou relegados à inanição, persistiram graças às potências das agências subalternas. Nos mesmos processos, pessoas e ambientes resilientes aos ordenamentos do industrialismo foram classificados como não-brancos, não-civilizados e, mais tarde, não desenvolvidos. Os recortes de objetos explicitados neste dossiê experimentam dimensões desse acontecimento colonial de um e outro lado do Atlântico.

2. Desenvolvimentismo e políticas infraestruturais no Maranhão

No Brasil e, especialmente, na Amazônia brasileira contemporâneos, a compreensão dos processos de instalação de projetos e políticas de desenvolvimento e de suas

consequências socioambientais requer um esforço intensivo no sentido de recuperar como surgiu e quais são os desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrente das investidas dos governos instalados após o Golpe Ditatorial de 1964 e que contaram com a ativa participação da iniciativa privada, brasileira e internacional, e de grandes agências internacionais de financiamento. Este modelo previa a industrialização e, conseqüente, modernização do país e, concomitante e associadamente, a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (BUNKER, 1988; CARDOSO e MULLER, 1977; SANT'ANA JÚNIOR, 2004). Como instrumento para garantir a efetivação de seu modelo de desenvolvimento, o governo federal planejou para a Amazônia brasileira a instalação de infraestrutura básica (construção de grandes estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas) que permitisse a rápida ocupação da região, entendida então como um grande vazio demográfico (D'INCAO e SILVEIRA, 1994).

Atualmente, na Amazônia brasileira, grande parte dos projetos de infraestrutura planejados nos governos ditatoriais e não implantados ou parcialmente implantados até então, foram retomados com mais intensidade a partir do início dos anos 2000 e novos projetos e programas são elaborados e implementados, envolvendo agências governamentais e privadas. Mesmo considerando-se todas as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas desde o final dos anos 1970, no Brasil e internacionalmente, que não permitem que se afirme simplesmente a continuidade do modelo de desenvolvimento concebido no período ditatorial, não se pode deixar de perceber continuidades e, principalmente, de constatar os efeitos objetivos dos desdobramentos

contemporâneos do modelo, que promovem intensos impactos sociais e ambientais.

Verifica-se, nos últimos anos, um número crescente de iniciativas governamentais no sentido de regulamentar, flexibilizando, a legislação ambiental, social e trabalhista que envolve a implantação de grandes projetos de desenvolvimento e uma série de iniciativas no Congresso Nacional com vistas a alterar essa legislação para, conforme boa parte de suas justificativas, “eliminar entraves aos projetos, eliminar entraves ao desenvolvimento”. Algumas dessas iniciativas no Congresso Nacional obtiveram sucesso, como a aprovação do Código Florestal Brasileiro (MIRANDA, 2016), e outras estão em curso, como a revisão do Código da Mineração (SANTOS; MILANEZ, 2013) ou da Amazônia Legal brasileira (ALMEIDA, 2012). É necessário destacar, contudo, que em várias situações em que a manipulação da legislação ou de agentes sociais não funcionam, não têm sido raros os processos marcados pelo uso da força física no sentido da intimidação de grupos sociais e povos resistentes. A Comissão Pastoral da Terra tem registrado um crescente aumento dos casos de conflitos por terra, violência contra pessoas e assassinatos, com grande destaque para os casos ocorridos no Maranhão (CPT, 2015).

Trata-se de atentar ao que Castro (2012) e também Almeida (2012) trabalham como mudanças geoestratégicas de reordenamento territorial promovido em consonância com políticas estruturais do Estado brasileiro e de agências multilaterais. Como a configuração do que Almeida (2012) chama de estado protecionista em que instituições e órgãos governamentais se inserem numa situação estratégica para equacionar crises econômicas e do meio ambiente, logrando uma posição central na promoção do “de-

envolvimento sustentável” via grandes projetos que preveem a intensificação da extração de recursos naturais e o deslocamento de povos e comunidades tradicionais ou a ocupação de parte de seus territórios. As políticas desenvolvimentistas, nesse sentido, revelam um processo crescente de relativização dos direitos formalmente reconhecidos às populações tradicionais, aos grupos indígenas e quilombolas via meios legais e administrativos.

Na Amazônia Oriental, na qual o Maranhão está inserido, o Programa Grande Carajás, “concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (AQUINO e SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 47) e com consequências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica, constituiu-se na expressão mais visível do modelo de desenvolvimento implementado a partir dos governos ditatoriais. Atualmente, outro programa governamental, criado pelo Decreto Presidencial nº 8.447, de 6 de maio de 2015, voltado para as áreas de cerrado de quatro estados vizinhos (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e conhecido pelas iniciais desses estados (MATOPIBA), tem se constituído em nova fonte de enfrentamentos e conflitos entre povos e grupos sociais locais e grandes empreendedores. Esse programa apresenta como sua principal finalidade “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015). Em outras palavras, visa promover a ampliação do agronegócio em áreas de cerrado e da logística necessária para o escoamento da produção, principalmente, de grãos e derivados do eucalipto, confrontan-

do modos de vida de povos e comunidades tradicionais ancestralmente instalados em sua área de atuação.

No Maranhão, os desdobramentos desses programas e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos. Desde o final da década de 1970, foram implantados: extensa rede de estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense (administrada pela Vale S.A.); o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (administrado pela estatal estadual Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP), da Ponta da Madeira (pertencente à Vale S.A.) e da Alumar (pertencente ao Consórcio Alumínio do Maranhão, formado pelas multinacionais Alcoa, BHP Billiton e RioTintoAlcan); a hidrelétrica de Estreito, as usinas termelétricas usinas termelétricas Parnaíba I, Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV, Gera Maranhão e do Porto do Itaqui. Paralelo e associadamente a estas grandes obras de infraestrutura, foram instalados neste mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Consórcio Alumar) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale S.A.) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara - CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (eucalipto, soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada

Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão.

A expansão de grandes empreendimentos de infraestrutura e produtivos tem provocado significativa expulsão de moradores de áreas rurais. Segundo o censo demográfico realizado pelo governo brasileiro em 2000, 40,2% da população maranhense vivia no campo. Já no censo demográfico de 2010, essa porcentagem caiu para 36,9% (IBGE, 2010). Essa expulsão é acompanhada pelo comprometimento da produção familiar rural e pelo inchaço desordenado e perverso de centros urbanos. No entanto, o Maranhão é, ainda, a unidade da federação brasileira com a maior porcentagem de pessoas que vivem no campo, mas tem como uma de suas marcas a denominada pobreza rural, principalmente em função da concentração exacerbada da terra, que dificulta, quando não impede, que camponeses produzam para sua sobrevivência e para a comercialização e criam obstáculos para que reproduzam seu modo de vida. Um dos efeitos nefastos para a população local é o fato de o Maranhão ter se tornado, nos últimos anos, um dos estados brasileiros com maior quantidade de imigrantes, pois a dificuldade, quando não impossibilidade, de produzir na própria terra tem levado principalmente homens jovens a buscar a sorte em outras paragens, sujeitando-se a toda sorte de exploração (RODRIGUES, 2016).

Observando os indicadores sociais, percebe-se que, após quarenta anos de projetos de desenvolvimento, o Maranhão permanece sendo um dos estados mais pobres do Brasil, com os piores indicadores de concentração de terras e riquezas, bem como, de poder político (COSTA, 2015; RODRIGUES, 2016). Assim, fazendo um paralelo com as advertências que já fazia Furtado com relação ao Brasil (2003), podemos dizer que o

“atraso” do Maranhão não é devido à falta de “desenvolvimento”, mas sim, uma consequência do próprio desenvolvimento. Grandes projetos de desenvolvimento têm gerado muita riqueza ao mesmo tempo em que gera miséria e degradação ambiental. Enfim, contrariando boa parte dos argumentos daqueles que defendem as virtudes das ações desenvolvimentistas, afirmamos que são elas as geradoras das situações sociais que são apresentadas como seu oposto.

3. Cabo Verde e modelos de desenvolvimento

Em Cabo Verde, de forma semelhante, é possível problematizar a relação entre processos de desenvolvimento em curso e populações locais. O país africano insular, com dez ilhas e cerca de meio milhão de habitantes, como lembramos acima, tornou-se formalmente independente de Portugal em 1975. Os projetos de desenvolvimento para Cabo Verde, podem ser, segundo Reis (2000), divididos em dois momentos principais: no pós-independência (1975-1990), quando se adota uma “estratégia socialista”; e um segundo momento (a partir de 1991), quando se volta para o reconhecimento da intervenção dos agências e empresas internacionais como fundamentais para o desenvolvimento.

No período compreendido entre 1975 e 1990, foi adotada uma estratégia socialista, redistributiva, preocupada com a valorização dos recursos humanos, da educação, da formação técnica, da saúde, com a solvabilidade externa, com a unificação do mercado interno, com a reforma agrária. Neste período

foram aplicados dois planos de desenvolvimento: o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, que vigorou de 1982 a 1985, e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, nos anos de 1986 a 1990. Esses dois planos eram constituídos por um conjunto de projetos e programas de investimento público coordenados de forma centralizada pelo Estado. A partir de 1990, Reis (2000) verificou que houve mudanças que levaram a hierarquizar os diferentes atores do desenvolvimento, ampliando a importância do setor externo para a economia cabo-verdiana. A centralidade do Estado passou a perder importância para o setor privado e o capital internacional.

A política de desenvolvimento então adotada tomou como uma das justificativas o clima árido do Sahel. Assim, os planejadores oficiais de Cabo Verde, apesar de uma população expressiva de pequenos agricultores, não teve na agricultura sua aposta decisiva para o desenvolvimento. Segundo Reis (2000), apesar de Cabo Verde ser um país de agricultores e pescadores, a agricultura e a pesca, no final dos anos 1990, contribuíam com aproximadamente 10% para o PIB. Partindo desse diagnóstico, as elites governantes, em seus planejamentos, passaram a assumir que a agricultura tradicional e a pesca artesanal não desempenhariam um papel decisivo no sistema produtivo, que passou a ser cada vez mais baseado em atividades secundárias e terciárias, muitas derivadas principalmente do capital internacional. Mais recentemente, a partir dos acordos de pesca internacionais e com os investimentos no agronegócio⁶.

6. Em Cabo Verde, denomina-se agronegócio os investimentos em agricultura voltada para o empreendedorismo e ao consumo de mercado, em alguns casos, utilizando irrigação e insumos de origem industrial, diferenciando-se da agricultura tradicionalmente realizada no país. Assim, o termo tem conotação diferente daquele utilizado no Brasil, que se refere a investimentos de grande porte, em propriedades de grandes proporções e altamente mecanizadas.

Entre os desafios costumeiramente apresentados ao desenvolvimento econômico, principalmente em relação à aposta na agricultura, destacam-se as questões ambientais. Cabo Verde exhibe, em seus principais documentos sobre a problemática ambiental, de um lado, a extrema vulnerabilidade ambiental que se expressa de forma dramática nas tendências de desertificação e, por outro lado, o imenso esforço humano para contrabalançar as auguras da natureza. A construção, fartamente documentada, da imagem de homens contra uma natureza agreste produz um duplo efeito de voluntarismo elitista. Ao mesmo tempo que provoca com dramaticidade a divisão entre a vontade humana *versus* a natureza manipulável, joga, também, o peso final dos êxitos nas decisões institucionais, o que faz com que as “massas” pareçam ser mais ou menos obtusas e manobráveis. Por exemplo, se dirá do pequeno camponês cabo-verdiano, no Segundo Plano Nacional para o Ambiente, que a sobre-exploração da reduzida capacidade agrícola e pecuária “provoca perda de biodiversidade, a diminuição da qualidade de água para todos os diferentes usos, a perda de interesse turístico e, por conseguinte, a redução das fontes de rendimento rural” (CABO VERDE, 2014, p. 8). Sob o diagnóstico de que se deve ensinar ao camponês a explorar melhor e sem riscos de sobrexploração, abrem-se brechas para uma frenética ação de mediação que tem como justificativa o desenvolvimento sustentável.

Mas os lados mais sombrios dos desafios ecológicos do país estão longe de ser bem equacionados nesses mesmos documentos. Cabo Verde é um estado insular de 450 km², marcado por vulnerabilidades biofísicas, ecológicas e territoriais que impõem severas restrições às atividades econômicas. No desenho do desenvolvimento rural, sob a

noção vaga de desenvolvimento sustentável, os vários governos cabo-verdianos têm hibridizado lógicas da revolução verde sob o prisma do agronegócio com princípios ecológicos não nucleados sob nenhuma agenda agroecológica. Ações de turismo e valorização da paisagem rural que não levam em conta as lógicas camponesas tem sido também uma das alternativas desenvolvimentistas.

A predominância do prisma do empreendedorismo como motor do combate à pobreza (predominantemente rural) tem tido pouco impacto sobre o fenômeno do êxodo rural. O resultado é uma cristalização da pobreza rural e uma tendência a acentuar as desigualdades tanto no meio rural como no urbano. No meio urbano, o crescimento demográfico e o exagerado consumismo de produtos industrializados pelas elites e classes médias têm provocado um aumento exponencial da produção de resíduos e é um desafio de grande complexidade a questão do manejo dos mesmos. O Estado não consegue responder com uma gestão adequada dos resíduos, o que constitui uma ameaça à saúde da população e ao ambiente.

4. Cabo Verde e Brasil em perspectivas

Relacionados ao projeto de pesquisa que ensejou este dossiê, o conjunto de artigos aqui reunidos busca discutir, em perspectiva crítica, práticas de matriz colonial, consequências sociais de problemas ambientais, ordenamento territorial, questões étnico-raciais, processos de escravidão e suas relações com a constituição do mundo moderno. Os artigos, assim, apresentam estudos sobre processos conflitivos específicos que têm no seu cerne projetos desenvolvimentistas e seus encadeamentos.

A professora Eliane Cantarino O'Dwyer, da Universidade Federal Fluminense, abre o dossiê com o artigo “Nas fronteiras do Estado-Nação: conflitos socioambientais e incêndios florestais nas terras indígenas dos Awá-Guajá no Maranhão”. A partir de uma longa experiência de pesquisa e de acompanhamento da situação vivida por aqueles que são considerados os últimos povos coletores e caçadores das terras baixas da América do Sul, os Awá-Guajá, a pesquisadora, em instigante artigo, demonstra como representações de desenvolvimento e progresso de grupos econômicos e políticos poderosos conduzem a práticas que marginalizam esse grupo indígena que vive na Pré-Amazônia maranhense.

Ao serem percebidos como portadores de condições de existência que contrastam com a modernidade, os Awá-Guajá se veem diante da experiência do enfrentamento de conflitos socioambientais relacionados com processos forçados de territorialização decorrentes de políticas desenvolvimentistas de origem governamental e da pressão de interesses econômicos. Um dos povos mais ameaçados de extinção do mundo, no ano de 2015, teve essa ameaça ampliada por um grande incêndio, um verdadeiro desastre ambiental de grandes proporções, atingindo áreas de floresta e capoeiras. O incêndio ocorreu logo após a homologação e desintrusão da Terra Indígena Awá, o que leva a acusações de que teria sido provocado de forma intencional e criminosa. Esse é mais um evento que se junta a um longo processo de ataques que podem ser caracterizados como um novo tipo de genocídio doméstico, que vem fazendo dos Awá-Guajá vítimas de uma economia de desenvolvimento predatório.

O artigo “A erupção vulcânica de 2014/15 na ilha do Fogo Cabo Verde e suas principais consequências” é apresen-

tado pelas pesquisadoras cabo-verdianas Sónia Silva, Vera Alfama e Nadir Cardoso, vinculadas à Universidade de Cabo Verde, que contam longa experiência no acompanhamento de eventos vulcânicos. O artigo apresenta resultados de investigação realizada no município de Santa Catarina, localizado na ilha do Fogo, em Cabo Verde, na qual localiza-se o único vulcão ativo de todo o arquipélago. Discute o conjunto de acontecimentos ocorridos durante a erupção vulcânica no final de 2014 e início de 2015 e que teve sua primeira erupção no dia 23 de novembro de 2014, na localidade de Chã das Caldeiras. Essa foi a 27ª erupção vulcânica registada desde o povoamento da ilha de Fogo e durou 77 dias, encerrando-se no dia 8 de fevereiro de 2015.

As autoras, caracterizam o estilo de erupção ocorrido, lançando mão de conhecimentos geológicos sobre eventos vulcânicos e enfatizando suas principais consequências para os povoados locais, com a destruição completa das localidades de Portela, Bangaieira e Ilhéu de Losna e de várias infraestruturas, habitações, campos de cultivo e corte das estradas principal e alternativa. O fenômeno que é reconhecido pela literatura como natural, mas que tem profundas implicações sociais, na medida em que ocorre em áreas habitadas e seus efeitos possuem grande alcance, devido à queda de cinzas, ao escoamento das lavas e à emissão de gases vulcânicos, com destaque para a toxicidade do dióxido de carbono (CO₂) e do dióxido de enxofre (SO₂). As autoras, assim, discutem a questão do ordenamento territorial na localidade de Chã das Caldeiras.

O artigo dos professores da Universidade Federal do Maranhão, Bartolomeu Rodrigues Mendonça e Samarone Carvalho Marinho, “Cajueiro revisitado: (ou 10 anos de) relato crítico em construção”, discute a

trajetória de conflitos e as lutas empreendidas de 2005 a 2015 por moradores da Comunidade de Cajueiro, Zona Rural II, de São Luís, MA. Durante mais de uma década, moradores têm lutado incansavelmente contra dois grandes empreendimentos projetados para a área territorial: a tentativa de instalação de um Polo Siderúrgico, anunciado em 2004, e o projeto de construção de um Terminal Portuário, em 2014. O artigo mostra que o Cajueiro resiste, mesmo que fragmentado pelos diversos investimentos realizados na sua desestruturação, como a compra de lotes de moradores amealhados com a possibilidade da perda da terra; a presença constante de jagunços; a especulação imobiliária; a falta de estruturas básicas (como escolas, postos de saúde etc.). Na construção dessa resistência, os autores, a partir de suas trajetórias no GEDMMA, experienciam um compromisso de reflexão e engajamento.

Em 2004, as comunidades da Zona Rural II de São Luís passaram a sofrer ameaças de deslocamento devido ao anúncio da construção de um Polo Siderúrgico na região. A área pretendida para as siderúrgicas compreendia uma vasta região de aproximadamente 2.471,71 hectares e abrangeria onze localidades: Bom Jesus do Cajual, Vila Maranhão, *Cajueiro*, Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Ananadiba, Collier, São Benedito, Madureira, Camboa do Frades, com uma população aproximada de 14.380 habitantes. Frente às ameaças, os moradores começaram a construir processos de resistência acionando também várias entidades da sociedade civil, como o Fórum Carajás, o Movimento Reage São Luís e entidades do poder público, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Em 2014, iniciaram-se os processos de aquisição e requisição das terras de Cajuei-

ro para instalação de um novo Terminal Portuário em São Luís. Com o apoio dos governos municipal e estadual, a empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., de forma violenta, tomou parte das terras por meio da manipulação de processos de aquisição de lotes, destruiu casas de moradores e colocou seguranças privados na localidade. Uma nova frente de resistência se organizou a partir da ação de moradores e do engajamento de atores externos nas lutas.

Maria de Lourdes Silva Gonçalves, professora da Universidade de Cabo Verde, em seu artigo “A Pesca Artesanal na Cidade Velha num Contexto de Patrimonialização do Espaço”, discute políticas relacionadas ao turismo patrimonial e à pesca industrial como um momento de “dupla restrição” vivido pelos moradores da Cidade Velha, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde. Na Ribeira Grande de Santiago, primeira cidade colonial da África subsaariana, fundada ainda no século XV, por portugueses, os pescadores que se dedicam a pesca artesanal e os agricultores que cultivam os vales formados a partir das ribeiras veem-se diante de processos que ao mesmo tempo em que se apresentam como sendo legítimos, pois, relacionados ao ideário de desenvolvimento produtivo de Cabo Verde, os impõem uma série de restrições e exigências de mudança de seus modos de vida: a patrimonialização do espaço a partir da candidatura e do reconhecimento da cidade como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO e a limitação do uso e sazonalização de recursos pesqueiros relacionadas aos acordos internacionais de pesca celebrados principalmente com a União Europeia, em que barcos europeus adquirem licenças para pesca industrial na Zona Econômica Exclusiva cabo-verdiana (o espaço

marítimo caboverdiano). Somam-se a essas restrições uma legislação ambiental importada que não discute mais estreitamente com as dinâmicas produtivas de agricultores e pescadores.

Promessas de transformação da oferta de recursos hídricos e das possibilidades de produção agrícola e espaços tensos de silenciamento e incertezas de agricultores parecem constituir duas faces de programas de construção de barragens em Cabo Verde analisados por Vladimir Silves Ferreira, professor vinculado à Universidade de Cabo Verde. Em “*Barragi sta finkadu ma nós nu fika disariadu*: espaços de confronto entre as dúvidas do presente e as incertezas do futuro na comunidade de Boaventura, Figueira Gorda, Ilha de Santiago, Cabo Verde” são analisados conflitos relacionados à construção da barragem de Figueira Gorda, na Ilha de Santiago, no que diz respeito principalmente à comunidade de Boaventura. Trata-se da instalação de uma infraestrutura hidráulica que objetiva armazenar um milhão e oitocentos mil metros cúbicos de água e beneficiar 120 hectares de terrenos. O empreendimento é executado pela empresa portuguesa Conduril Engenharia e está avaliado em 3,7 milhões de euros, oriundos de uma linha de crédito disponibilizada pelo governo português à Cabo Verde para projetos de mobilização de água para a agricultura num pacote de 17 barragens.

As barragens corresponderiam à meta do governo cabo-verdiano de transformar o fornecimento de água num país em constante *stress* hídrico, o que permitiria o investimento em formas de exploração agrícola mais intensas e produtivas. A construção da barragem previa inicialmente o desalojamento de aproximadamente 30 famílias cujas casas e os terrenos ficarão

inundados ou interditados. Se no início do projeto foram gestadas uma série de expectativas em relação ao desenvolvimento que traria para a localidade, o que até justificaria o deslocamento, o artigo discute como se configuraram processos de insegurança e silenciamento dos moradores com os atrasos das obras, atrasos em compensações, redimensionamentos de acordos.

Numa demonstração carregada de evidências históricas comumente não lembradas, Alain Pascal Kaly, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em “A presença-ausência dos árabo-muçulmanos nos processos de modernização brasileira: a readequação dos mapas coloniais”, leva a pensar que talvez a concorrência entre a europeidade cristã e a potência islâmica, que desde o século XIII cercou e conformou o mediterrâneo como centro geopolítico, seja o mais antigo impulsionador da colonialidade moderna dos dois lados do Atlântico. Experimentada pelas duas potências, a escravidão é a matriz oculta da modernidade na relação com os territorializados nas margens da nação. Se a escravidão permanece sendo a matriz e o espectro ocultado pela abolição formal é porque nas modalidades infra jurídicas de evacuação territorial é a lógica que rege as relações com os coletivos “tradicionais”. Ou seja, “a modernidade nasce com os processos de desumanização”.

Ao destacar a presença dos árabo-muçulmanos nos processos coloniais das Américas a partir das relações entre a introdução das culturas da cana de açúcar e do café e a modernização brasileira, desvela como matriz operante o sistema escravista. Processos que serão centrais na reconfiguração da geopolítica dos domínios coloniais com o deslocamento da centralidade das trocas do mar mediterrâneo para

o Atlântico, da expansão das explorações coloniais e da configuração de estruturas agrárias ajustadas à agricultura intensiva da cana-de-açúcar, do café, do algodão. A partir das discussões propostas pelo historiador Jacky Goody, desvela a importância dos processos de comunicabilidade cultural e civilizacional das margens do Mediterrâneo retirando da *periferia* as contribuições do continente africano e asiático na civilização ocidental e universal.

Ao enfatizar as trocas no mediterrâneo e os deslocamentos, traz discussões que permitem desnaturalizar as crenças veiculadas pela mídia, principalmente a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA e de 2015 na França, acerca da “outra religião” cujos praticantes seriam incapazes de se adequarem a civilização cristã e do período recente de contatos entre árabo-muçulmanos e europeus. São essas crenças e, sobretudo, as informações jornalísticas que fazem acreditar que a presença da religião muçulmana nas terras “europeias” resulta dos movimentos migratórios recentes. Ainda a respeito da violência dos processos coloniais, chama a atenção para o caráter estruturante das lutas sociais travadas nas periferias para a constituição de organizações políticas menos autoritárias.

Processos sociais no meio rural relacionados às possibilidades de ascensão dos descendentes de escravizados como proprietários de terras em contextos pós-coloniais, especificamente, no sul do Brasil e na Ilha de Santiago, em Cabo Verde, são discutidos pela professora da Universidade Federal do Paraná, Carolina dos Anjos Borba, em “Cosmologias de apropriação fundiária no Brasil e em Cabo Verde: ‘comparando o incomparável’”. Em Picos, na Ilha de Santiago, e em Canguçu, no Rio Grande do Sul, famílias negras lutam pela legitimação das posses de

suas terras acionando narrativas, memórias, marcos territoriais. Lutas desencadeadas em cenários de insegurança relacionados à concentração fundiária e por vezes à segmentação étnica ou racial derivadas do longo imperialismo colonial que ainda tenciona os regimes de produção de verdades aos papéis (determinados papéis) e à branquidade como instâncias de inscrição.

No Brasil, a autora evidência o pleito pela terra da comunidade negra Maçambique, em Canguçu, no Rio Grande do Sul, que possui uma história complexa de ocupação territorial no período de escravidão, quando ocorreu a fixação de diversos ancestrais do grupo naquelas terras. A intrínseca disputa por direitos de posse e propriedade territorial remonta, no presente, disputas travadas nas ocupações primordiais dos referidos espaços. Apesar da institucionalização de direitos territoriais às comunidades remanescentes de quilombos na Constituição Federal de 1988, a operacionalização dos dispositivos reais e a ascensão dos grupos à condição de proprietários encontra fortes pontos de resistência, colocando a comunidade de Maçambique numa situação de extrema fragilidade no processo de reconhecimento de suas terras.

As populações negras rurais no arquipélago cabo-verdiano conseguiram, em parte, ascender à posição de possuidores legitimamente reconhecidos de suas terras, principalmente, após o início da reforma agrária no período pós independência. O município de Picos, na Ilha de Santiago, foi palco de fortes disputas territoriais entre morgados e rendeiros durante o período colonial. As terras do morgadio de João de Deus Tavares Homem, um dos mais antigos em Cabo Verde e também um dos últimos a serem extintos, passaram pelo projeto de reforma agrária e, atualmente, encontram-se sob a

propriedade tanto de pequenos agricultores, do Estado, quanto de descendentes de antigos morgados. Na disputa dos terrenos, originada a partir de um projeto de construção de casas na localidade, observa-se que as narrativas e memórias dos agricultores acerca da ocupação territorial consolidaram-se em esferas públicas, revelando dinâmicas de fortalecimento da legitimação das ocupações territoriais dos grupos negros em Cabo Verde. Os pleitos pela terra nos casos analisados a partir de trabalhos de campo que seguem cosmologias e trajetórias de lutas de descendentes de escravos revelam dinâmicas importantes para os debates territoriais de populações negras em contextos pós-coloniais.

Considerações finais

Entre as discussões presentes neste dossiê destacam-se as situações de violência dos processos de instalação de empreendimentos, da realização de acordos internacionais e das tentativas de reordenamento territorial que revelam a constituição de espaços extremamente hierarquizados em que as possibilidades dos grupos locais se colocarem precisam ser abertas a partir de tencionamentos, protestos e da afirmação da existência resiliente. Os processos de resistências cotidiana ou organizada em protestos públicos, fechamento de estradas, ocupações, revelam as dificuldades na implantação desses projetos. Se a chegada dos mesmos é permeada por promessas, logo se desencadeiam processos violentos.

Os trabalhos trazem explicitamente processos de silenciamento e os desafios postos às populações para fazer ecoar suas vozes nas arenas públicas. Promessas de políticas de reassentamento adiadas, audiências públicas manipuladas, controle dos tempos e

das expectativas nativas tem sido a forma de impor a morte aos modos de vida que desordenam localmente os projetos de expansão do capitalismo. Chamemos essas forças locais de minoritárias. São povos territorializados em modos de vida irreduzíveis à subordinação de suas formas de produção de existência à lógica desenvolvimentista.

A indigenização dos não-brancos tem como uma das suas dimensões o amalgamento de corpos humanos ao mundo material concebido como lugar de recursos e resíduos. Corpos alojados no lugar conceitual de dejetos, os fora da ordem – mestiços da colonialidade, nem puramente naturais nem civilizados – são minorias sujeitas a imensa vontade de transformar seus territórios em espaços passíveis de subordinação à lógica da instrumentalização capitalista.

As condições desiguais na formulação pública das problemáticas estão relacionadas também à insegurança jurídica dos apossamentos. Com a constituição de uma concepção de propriedade gestada no período colonial e universalizada de modo a colidir com as territorialidades tradicionais, os povos minoritários estão desde sempre num processo de insegurança jurídico territorial. Na comunidade do Cajueiro, no Maranhão, não ser dono, abre um campo de fragilidades nas negociações. Por mais que direitos sejam legitimados às populações tradicionais, o deslocamento promovido por força da avassaladora lógica de acumulação capitalista é amplamente lastreado em regimes infrajurídicos de microdespotismos. À sombra da ficção de um marco sujeito, senhor de destino, aquele que traça os caminhos do desenvolvimento, o grande Leviatã, assegura os interesses capitalistas equacionados de modo a articular elites econômicas locais e grandes corporações mundiais. As fissuras ontológicas provoca-

das por essa contínua expansão do capitalismo no modo como eclode em formas de reorganização das forças locais, reinscreve a lógica da escravidão e do colonialismo nos novos termos da linguagem desenvolvimentista. A instrumentalização de recursos humanos e não humanos sem mediações contratuais, faz da exploração humana e territorial atos de guerra permanente contra os que estão nas margens da nação. A substituição da lógica do deixar morrer por inanição pela de fazer viver por modernização nas margens de uma urbanidade mortal deixa sempre a maioria da nação como um resíduo minoritário e condenado da modernidade desenvolvimentista. É isso que faz com que as duas lógicas, do deixar morrer ou fazer sobreviver como moderno, sejam apenas regulações normalizantes complementares.

Referências

- ALMEIDA, A. W. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. *Caderno CRH*. Salvador, vol. 25, n. 64, 63-71, 2012.
- AQUINO, M. J. S. e SANT’ANNA JÚNIOR, H. A. Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. (Orgs.) *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 45-71.
- BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.447, de 6 de maio de 2015.
- BUNKER, S. G. *Underdeveloping the Amazon; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.
- CABO VERDE. Direção Geral do Ambiente -DGA. *Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA) PANA II - 2002/2014*. Praia, 2004.
- CARDOSO, F. H. e MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CASTRO, E. *Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-Americana*. *Caderno CRH*. Salvador, vol. 25, n. 64. 45-61. 2012.
- COSTA, W. C. da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, A. E. A.; NERIS, C. S. C.; BARROSO JÚNIOR, R. dos S.; BARBOSA, V. de O.; SALES, T. da S.; NERIS, W. S. (Orgs.). *Histórias do Maranhão em Tempos de República*. São Luís/MA; Jundiá/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015b. p. 189-236.
- CPT. *Conflitos no Campo – Brasil 2015*. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional – Brasil, 2015.
- D’INCAO, M. A. e SILVEIRA, I. M. da (Orgs.). *A Amazônia e a crise de modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- ESCOBAR, A. *La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Barcelona: Grupo Editorial Norma, 1996.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p.133-168.
- ESCOBAR, A. *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W.(Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.
- FERGUSON, J. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1990.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRONEMEYER, M. Ajuda. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 18-39.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acessado em 17 de julho de 2015.

IBGE. **Áreas Especiais**. Cadastro de Municípios localizados na Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>. Acesso em 01/07/2016.

MIRANDA, A. C. P. **Construção de dispositivos legais e agentes em disputa: o debate em torno do novo Código Florestal Brasileiro**. São Luís, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. 331 p.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento; a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25 nº 75, fevereiro de 2011. p. 149-193.

REIS, V. **Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência**. Lisboa, 2000 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 167 p.

RODRIGUES, S. J. D. **Migração camponesa e reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. Fortaleza, 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. 213 p.

SANT’ANA JÚNIOR, H. A. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta**. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.

SANTOS, R. S. P. dos; MILANEZ, B. Neoeextrativismo no Brasil? uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**. v.10, n.19, p. 119-148, jan/jun, 2013.

